

Pedro Quintaes Peres

**A Justa Decisão
como Limite de
Validade dos Negócios
Jurídicos Processuais
Probatórios**

Prefácio:
Miguel Mesquita

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Copyright © 2020 by Pedro Quintaes Peres

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

P437j

Peres, Pedro Quintaes

A justa decisão como limite de validade dos negócios jurídicos
processuais probatórios / Pedro Quintaes Peres. – Rio de Janeiro :
Lumen Juris, 2020.

236 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 191-222.

ISBN 978-65-5510-341-0

1. Processo civil Brasil. 2. Negócio jurídico processual.
3. Fato. 4. Prova. 5. Verdade. I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	XI
Introdução	1
1 A Relação Entre o Juiz e os Fatos no Processo Civil	15
1.1 Função que o processo desempenha	15
1.2 Necessária determinação da verdade dos fatos para uma decisão justa	29
1.2.1 A verdade dos fatos na condição de justificação racional da decisão judicial: modelo geral de argumentação de Toulmin	35
1.2.2 Dificuldade em conhecer o quadro factual completo: princípio do inquisitório à interface entre o accertamento dos fatos e à decisão justa	50
2 Prova e Verdade	63
2.1 Finalidade da prova	63
2.2 Verdade: um valor fundamental para procedimento ou um esperar do canto galo?	73
2.3 Primeiras notas acerca da negociabilidade probatória atípica: decisão justa como parâmetro de controle de validade	91
3 Poder Probatório Oficioso	111
3.1 Finalidade do princípio do inquisitório nos ordenamentos jurídicos português e brasileiro	111
3.2 Dimensão ampla do poder probatório oficioso: quebra da imparcialidade do julgador?	121

3.3 Poder probatório oficioso autônomo: destruição da carga de prova?	129
3.4 Dever probatório oficioso sob a perspectiva da justa composição do litígio	131
3.5 Contraponto aos sistemas jurídicos português e brasileiro: uma análise do princípio do inquisitório no direito espanhol	134
3.5.1 Noção geral do art. 429.1.º, II e III, da LEC	149
3.5.2 Pressupostos, alcance e limites do art. 429.º da LEC	158
3.5.3 Dever ou faculdade	162
3.5.4 Momento processual para indicação de insuficiência probatória	167
3.5.5 Conclusão	169
4 Negócios Jurídicos Processuais Atípicos	173
4.1 Linhas gerais do negócio processual atípico	173
4.2 A (im)possibilidade de limitação dos poderes instrutórios do juiz pelos negócios jurídicos processuais probatórios atípicos: justa decisão como limite de validade do negócio jurídico processual.....	176
Conclusão	187
Referências	191
Jurisprudência	219